



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Gestão Escolar

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: FERRAMENTA NO PROCESSO DE AUTONOMIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

Adriana Campêlo de Sousa da Silva

Professora-orientadora MSc Olga Cristina Rocha Freitas
Professor tutor-orientador MSc Cristiano de Souza Calisto

Brasília (DF), 25 Julho de 2014

Adriana Campêlo de Sousa da Silva

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: FERRAMENTA NO PROCESSO
DE AUTONOMIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação Professora-orientadora MSc Olga Cristina Rocha Freitas Professor tutor-orientador MSc Cristiano de Souza Calisto

TERMO DE APROVAÇÃO

Adriana Campêlo de Sousa da Silva

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: FERRAMENTA NO PROCESSO DE AUTONOMIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

MSc Olga Cristina Rocha Freitas-
UNB/SEEDF

(Professora-orientadora)

MSc Cristiano de Souza Calisto-UnB

(Monitor-orientador)

MSc Eter Cristina Silva Balestie Peluffo– SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 25 de julho de 2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, aos meus colegas de trabalho, aos amigos verdadeiros que sempre me apoiam nas minhas empreitadas e a todos que contribuíram nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Ao término deste percurso de aprendizagem, agradeço a Deus que me proporcionou a oportunidade de estar concluindo este curso com êxito.

À universidade de Brasília - UnB por ter oferecido a oportunidade desta formação e a de novos conhecimentos.

À nossa orientadora Professora-orientadora Olga Cristina Rocha Freitas e ao Professor tutor-orientador Cristiano de Souza Calisto por ter tido tranqüilidade e sabedoria para nos conduzir nesta etapa de formação.

Aos colegas virtuais pela troca de experiência nos diversos espaços de interação e troca de conhecimentos.

À minha família e amigos que me apoiaram em mais uma jornada de formação acadêmica.

*“Caminhar com bom tempo, numa terra bonita, sem
pressa, e ter por fim da caminhada um objetivo
agradável: eis, de todas as maneiras de viver,
aquela que mais me agrada”.*

(Jean-Jacques Rousseau)

RESUMO

O Projeto Político Pedagógico – PPP é um documento utilizado dentro da escola, é elaborado com a participação e discussão dos diversos segmentos escolares buscando uma escola mais democrática. O PPP norteia todo o trabalho a ser desenvolvidos, nele estão contidos as metas, as ações e os recursos necessários para sua implantação. Identifica também as parcerias que poderão ser acionadas para alcançar os objetivos discriminados. Para tanto, neste contexto a equipe gestora tem um papel fundamental por meio de planejamentos trazendo para escola momentos de análise, reflexão e construção coletiva. Observando a importância da existência do PPP dentro da escola, surgiu o interesse de identificar como ocorre a participação de pais/responsável, professores na elaboração e implantação do PPP do Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia – CEE 02. Identificar se a equipe gestora considera as ponderações e sugestões propostas. A opção metodológica foi qualitativa, podendo assumir desafios que leva a pesquisa de campo a revisão ou a retomada inicial do problema sobre nova ótica. O tipo de pesquisa foi estudo de caso/pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário. O público alvo foi 17 professores e 15 pais/responsáveis. O procedimento de coletas e análise de dados foi realizado por meio das respostas dos questionários aplicados. Com resultado da pesquisa pode observar que o PPP é um documento presente da escola e que na sua construção existe boa participação dos segmentos observados, mas ainda é necessário maior esforço em trazer e informar os segmentos de pais/responsáveis sobre esse processo de construção. Foi possível identificar também que a nomenclatura do PPP é de difícil entendimento por partes dos pais/responsáveis, que quando questionados sobre a existência e a sua participação no mesmo, houve necessidade de se explicar o seu significado.

Palavras- chave: Projeto Político Pedagógico, Gestão democrática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Objetivo Geral.....	13
Objetivos Específicos	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1. O direito à educação: perspectivas históricas e teóricas	14
2.1.2. Etapas da Educação Básica	17
2.2. Papel do gestor e a gestão democrática na escola	18
2.2.1. A gestão democrática na escola	20
2.2.2. O Gestor escolar	23
2.3. Plano político Pedagógico - PPP	26
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	300
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	322
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	411
APÊNDICE	433

INTRODUÇÃO

A educação é um dos aspectos mais importantes no desenvolvimento de uma nação. Está inserida em um processo histórico, que é dinâmico, vivo, sempre em modificações. Hoje, para entender as questões que envolvem a educação nos seus diferentes aspectos, é preciso resgatar também a importância da Gestão Escolar dentro da comunidade. A busca por compreender uma gestão escolar participativa não aconteceu por acaso, já que a questão é um dos problemas que fazem parte da gestão escolar, onde várias experiências de participação são, portanto realizadas sem que tenham um sentido democrático ou pedagógico de transformação. Buscando construir uma sociedade de aparência democrática ou visando um envolvimento maior das pessoas nas organizações, promove-se a realização de atividades que possibilitam e até condicionam sua participação. Sendo assim, essa realidade pode ser mudada à medida que nós mesmos percebamos que, através da participação, avançamos no processo de construção de uma sociedade mais democrática e possivelmente melhor.

Diante de uma sociedade que apresenta um processo acelerado de mudanças, onde a escola deve educar para tornar seus educando cidadãos criativos, participativos, críticos e atuantes observamos que nem sempre a gestão da escola tem uma prática que venha ao encontro dessa realidade de participação. Uma vez que, a participação dos envolvidos no processo educativo (professores, alunos, pais, funcionários e comunidade escolar) é inibida. Essa perspectiva ocorre devido ao fato que a sociedade é estruturada em função de certas categorias, tais como: autoritarismo e reprodução de idéias e valores.

A sociedade é carregada de valores que são condicionados e de certo modo, acabam “estimulando”, para que a escola não desenvolva participação de forma plena. Por esse motivo é que a prática participativa deve ser particularmente analisada quando se considera a gestão escolar participativa.

Dessa forma, a gestão participativa significa integração das ações pedagógicas e responsabilidades coletivas, de todos, pelos resultados da escola – a qualidade do ensino e da educação/formação dos alunos e quando se fala em gestão não se trata apenas de controlar recursos, coordenar funcionários e assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula. É um novo modelo de

gestão totalmente integrado à esfera pedagógica. Segundo essa ótica, todas as ações administrativas — até as mais burocráticas — devem visar ao produto final, que é a educação, como objetivos, o aumento do interesse dos alunos e a redução dos índices de repetência, devendo o gestor apresentar uma visão mais global, preocupando-se com os recursos, os processos, as pessoas, o currículo, a metodologia, a disciplina, tudo de maneira interligada. Nesse contexto, o diretor, que continua tendo o papel mais importante, passa a ter a missão de identificar e mobilizar os diferentes talentos para que as metas sejam cumpridas. E, principalmente, conscientizar a todos da importância da contribuição individual para a qualidade do todo. De olho nessa nova realidade, cabe a ele desenvolver algumas competências, como aprender a buscar parcerias, pensar em longo prazo, trabalhar com as diferenças e mediar conflitos, objetivando a formação de lideranças escolares para a direção moderna, focada no sucesso do aluno.

A equipe gestora deve ter autonomia nas áreas administrativas, financeira e pedagógica, e desprendimento para construir com a comunidade escolar o projeto político pedagógico que vai nortear todo o trabalho da escola.

O Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia/ Área Especial G – Setor O – Ceilândia está localizado em uma área carente do Distrito Federal e recebe os alunos da região norte de Ceilândia, QNQ, Expansão do Setor O, Setor Sol Nascente e Águas Lindas de Goiás e de outras regiões administrativas quando as mesmas não garantem a vaga para o aluno.

A escola recebe alunos com deficiências diversas, oferecendo salas com estratégias e metodologias diferenciadas para aprendizagem de alunos com Transtornos Globais de Desenvolvimento - TGD, Salas para alunos com deficiências múltiplas e todos os alunos que ainda não estão inclusos no ensino regular favorecendo a estes o acesso e permanência na escola e a oportunidade de ser acompanhado com intuito de inclusão. O Programa de Atendimento Especializado - Educação Precoce também é oferecida na escola e recebe crianças de 0 a 4 anos de idade encaminhadas por médicos devido a acontecimentos diversos no nascimento como: síndromes, crianças que nasceram gemelares, paralisados cerebrais e qualquer outra intercorrência que possa interferir no desenvolvimento cognitivo, motor ou afetivo da mesma. O foco do Programa é a inclusão dando

especial atenção a estas crianças dando estímulos e orientando a família para que criança consiga autonomia e independência para encaminhamento ou inclusão.

Todos os alunos durante o período que estão na escola têm aulas de Educação Física, Educação Ambiental, Educação Musical/Artes e aulas de informática no laboratório. As aulas são adaptadas a necessidades educacionais do aluno buscando trabalhar as potencialidades que cada um traz consigo.

A escola possui um espaço físico para receber estes alunos: sala de aula, parquinho, auditório, piscina aquecida para Educação Precoce, quadra de esporte, piscina grande em desuso necessitando de reforma.

Existem alguns equipamentos tecnológicos que podem ser revezados em sala de aula como aparelhos de som, computadores na coordenação e na área administrativa, direção, sala de coordenadores e laboratório, equipamento de som para ser usado no auditório.

Moran *ibid* Vieira (2003) relata que mesmo reconhecendo essa dificuldade organizacional estrutural, a competência de um diretor de escola pode suprir boa parte das deficiências, e as demais podem ser conseguidas por meio de articulações com empresários locais, comunidade e até mesmo pela própria secretaria que os rege.

A escola possui alguns recursos como: aparelho de som, jogos didáticos e outros, estes são organizados e disponibilizados pela direção, coordenação e equipe, ainda não sendo suficiente para suprir a demanda dos professores e alunos.

Medeiros (2011) nos diz que o gestor deve assumir uma postura profissional atitudes que vão desde a permanência e presença na instituição, comprometimento nas questões pedagógicas, responsabilidade pela qualidade da educação, reparação para enfrentar os conflitos institucionais, independência frente ao sistema, autonomia para criar inovar.

A avaliação é contínua e consideram aspectos cognitivos, afetivos, motores e também as atividades de vida autônoma (AVA), neste processo se considera toda e qualquer evolução que o aluno apresente.

A comunicação e a organização das atividades que ocorrerão no ano letivo são pré-definidas no Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) e durante as reuniões coletivas em todas as quartas-feiras estruturamos ou modificamos as atividades que estão sugeridas no projeto. Ainda há necessidade de se melhorar as

discussões, mas, já existe uma intenção de que exista participação mais efetiva de todos os docentes nas decisões.

A família e os outros segmentos da escola também já participam mais intensamente dos eventos da escola como, por exemplo: na festa junina os pais colocaram barraca com intuito de ajudar em atendimentos para os filhos, auxiliares participaram de gincanas e com barracas.

Para Moran *ibid* Vieira (2003) Cada escola tem uma situação concreta, que interfere em um processo de gestão com tecnologias. Se atende a uma comunidade de classe alta ou de periferia, mesmo com os mesmos princípios pedagógicos, terá que adaptar o seu projeto de gestão a sua realidade.

Devido à demanda e a complexidade de crianças que a escola recebe o professores buscam formação continuada em diferentes áreas do conhecimento e com foco a entender e descobrir novas estratégias que auxiliam no desenvolvimento do aluno

Vieira (2004, p.6) relata que a criação de ambientes informatizados na organização para apoio a gestão do conhecimento deverá considerar os processos pelos quais são feitas as trocas de informação a cultura de colaborações existentes.

Diante dessas considerações, surgiu a necessidade de investigar como ocorre a participação dos segmentos pais/responsáveis e professores na elaboração e implantação do PPP. O PPP vem se consolidado a cada dia nas escolas. Identificar como estes segmentos entendem e participam desse processo foi o que trouxe interesse dessa pesquisa.

É importante entender que neste processo os gestores devem conhecer os desafios e possibilidades na gestão escolar, pontos fortes e fracos que estão presentes no ambiente escolar, buscando uma forma participativa de se administrar as novas tecnologias de maneira a favorecer os processos pedagógicos de aprendizagem propiciando a incorporação das tecnologias no dia a dia da escola partindo das lideranças da escola, ou seja, da equipe gestora.

O presente trabalho se apresenta em forma de capítulos, sendo o capítulo 2 a apresentação do referencial teórico, o capítulo 3 trata da metodologia, o capítulo 4 refere-se a apresentação e discussão dos dados e o próximo dedica-se a conclusão da coleta e resultados encontrados. Em seguida encontra-se o referencial bibliográfico e anexo.

Objetivo Geral

Investigar a compreensão da comunidade escolar sobre a construção do PPP do CEE 02 de Ceilândia.

Objetivos Específicos

Investigar como ocorre a participação dos segmentos pais/responsáveis e professores na elaboração e implantação do PPP.

Identificar como estes segmentos entendem e participam do processo de construção do PPP.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O direito à educação: perspectivas históricas e teóricas

Observa-se com o desenrolar da história do homem, que os direitos foram conquistados através de lutas e movimentos políticos e sociais em todo mundo e através de acordos de tolerância e de promoção do desenvolvimento humano acordado entre países e dentro de cada país. Segundo a Declaração de Direitos Humanos – DDH todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos têm uma importância mundial, busca proteger o homem e o planeta objetivando também promover o respeito a esses direitos e liberdades.

Segundo Hoy e Haddad (2005, p. 7) *ibid* direitos humanos uma abordagem conceitual. Respeitar os direitos humanos de cada pessoa significa reconhecer que toda pessoa é única e que suas características, não devem ser usadas para discriminar:

[...] Assim, tratam-se de direitos inerentes à pessoa humana e que, por ser característica fundamental de todos os seres humanos, não podem ser desrespeitados, violados e não efetivados. Um dos direitos primordiais do ser humano é o direito a educação.

A oferta a educação deve ser efetivada e garantida a todos, pois é algo já previsto pelas legislações vigentes relacionadas aos direitos humanos. No Brasil na Constituição Federal (1988, artigo 205). Fundamenta o direito a educação e responsabiliza a sociedade também na garantia deste direito.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1998)

A educação em diferentes países do mundo é um tema que está sempre sendo discutido, pois a escola é um espaço social onde se pode trabalhar além de conteúdos formais a cidadania e princípios que norteiam a vida em sociedade, é um espaço de transformação.

A Constituição Federal (1988) em seu Art. 60. Relata que os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único: O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) fundamentam em seus artigos o direito a todos os brasileiros de frequentarem e permanecerem na escola.

Durante o percurso histórico, estudiosos apresentaram suas concepções em relação ao direito a educação propriamente dito e as dimensões que ele alcança. Sobre as demandas do mercado, retoma uma educação voltada a dimensão econômica que limita o exercício do direito a educação. Por outro lado apresenta-se presente também na escola uma concepção crítica que debate e promove a construção de uma sociedade participativa e crítica.

Diante da realidade contemporânea a perspectiva da educação tem sido a de discutir e buscar uma educação realmente de qualidade e de oportunidades reais para todos e formar cidadãos críticos e que pensem de forma a contribuir com a sociedade.

A escola tem o papel de oportunizar uma educação voltada ao pleno desenvolvimento humano tendo uma visão abrangente que se estenda a uma visão futura em que este direito seja garantido a todos.

Garantir o acesso e uma educação de qualidade é responsabilidade de toda a sociedade; da família, professores, comunidade em geral.

Na escola um instrumento poderoso de garantia ao direito a educação tem sido o PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP). O PPP se conceitua como o conjunto das metas a serem alcançadas pela escola, tanto no plano político quanto pedagógico. O PPP se transforma no meio para concretizá-las, é o que dá forma e ação ao planejamento, e cabe ao gestor aproveitar-se deste instrumento para promover a participação e a permanência do aluno e da família na escola.

No artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as etapas e modalidades da Educação Básica deve evidenciar o seu papel de indicador de

opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

A LDB (1996) dispõe sobre a Educação Infantil: A LDB, nos seus artigos 29, 30 e 31, reafirmou esse direito e regulamentou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Não mais numa perspectiva exclusivamente assistencialista, mas também em caráter educativo, que tem por finalidade:

[...]o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (art. 29).Art. 30. A educação infantil será oferecida em:I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

O artigo 3, a educação infantil consagra que a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.(BRASIL, LDB, 1996)

Conforme o Currículo da Educação Básica – Educação Infantil, a atual concepção de educação especial reforça, portanto, o caráter interativo dessa modalidade de ensino, cuja ação transversal perpassa demais etapas e modalidades de ensino e propõe uma efetiva educação global.

Assim, na construção e na aplicação do currículo devem ser considerados o respeito às diferenças e a valorização da diversidade. Com essa finalidade, devem ser viabilizadas condições de atendimento das necessidades educacionais dos/das estudantes, por meio de estratégias metodológicas e de recursos específicos. Para tanto, a base da ação pedagógica deve ser estabelecida tendo como foco a singularidade do/da estudante e fundamentando-se em uma construção reflexiva, coletivamente construída, por intermédio da articulação entre o/a professor/a regente e o/a professor/a do atendimento educacional especializado, na qual saberes e significações são construídos com a participação das múltiplas percepções e interpretações dos atores que a compõem.

Segundo o Currículo da Educação Básica – Educação Infantil buscando o sucesso da educação, o currículo deve ter conteúdos adequados e seguir aspectos

de ações voltadas à formação global do/da estudante. Neste sentido a proposta pedagógica da instituição deve pensar também a avaliação numa perspectiva de inclusão educacional, o professor, nesse contexto, precisa reconstruir uma práxis pedagógica voltada à construção de conhecimentos significativos, que sejam úteis ao cotidiano do educando e que favoreçam a sua integração e a sua participação na vida em sociedade.

2.1.2. Etapas da Educação Básica

Segundo Mendes (2006, p.15), ao longo dos anos, vários desdobramentos referentes a leis e decretos estão sendo estabelecidos, garantindo a todos o direito a educação e ao acesso a escola, representando avanços significativos na proteção de direitos que garantem a inserção da pessoa com deficiência no sistema regular de ensino. No entanto estima-se que no Brasil ainda existem muitas crianças e pessoas com deficiências que se encontram fora de qualquer tipo de escola

O conselho Nacional de Educação – CNE (2010) define as etapas da educação básica como sendo, as etapas correspondentes a diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional

I - a Educação infantil, que compreende: a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos;

II - o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, é organizado e tratado em duas fases: a dos 5 (cinco) anos iniciais e a dos 4 (quatro) anos finais;

III - o Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos. Parágrafo único.

Essas etapas e fases têm previsão de idades próprias, as quais, no entanto, são diversas quando se atenta para sujeitos com características que fogem à norma, como é o caso, entre outros.

I - de atraso na matrícula e/ou no percurso escolar;

II - de retenção, repetência e retorno de quem havia abandonado os estudos;

III - de portadores de deficiência limitadora;

IV - de jovens e adultos sem escolarização ou com esta incompleta;

V - de habitantes de zonas rurais;

VI - de indígenas e quilombolas;

VII - de adolescentes em regime de acolhimento ou internação, situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

2.2. Papel do gestor e a gestão democrática na escola

Nas questões relacionadas a educação o papel do gestor é fundamental em seus diversos aspectos sendo eles administrativos, pedagógicos e financeiros . Dentro da comunidade escolar assume o papel político e busca participação de todos para fazer da escola um espaço democrático.

Conforme a LDB (1996) em seu artigo 14, confere aos sistemas de ensino a autonomia para promover a gestão democrática e enfatiza a participação, Determina princípios fundamentais para uma boa gestão a participação da comunidade por meio dos conselhos e dos profissionais envolvidos na educação e em processos pedagógicos garantindo assim a democracia e a formação da cidadania.

Esta mesma lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

No artigo 14, os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Como a Democracia consiste na participação do povo nas escolhas e nas decisões por meio de eleição nas escolas também não seria diferente e é por isto que para escolha do gestor também ocorre as eleições, as pessoas possuem liberdade de expressão e manifestações de suas opiniões. Seguindo assim a um processo democrático.

O aprofundamento nos estudos do tema Gestão Democrática é de suma importância para as instituições de ensino, tendo em vista que devem ter uma linha de trabalho coletivo e compartilhado, definida por todos os seus segmentos. Através do trabalho coletivo, o processo educacional encontra-se num caminho transformador tendo o gestor como um guia neste processo atendendo as necessidades de toda a comunidade interna e externa da escola.

Segundo MORAN (2004), o incentivo do gestor para que os professores

aprendessem, se aperfeiçoassem, inovassem era constante. O diretor procurava apoio econômico em pequenas empresas vizinhas à escola. Organizava festas com a Associação de Pais para arrecadar fundos para manter os computadores, a Internet, para melhorar a infra-estrutura. O administrativo está a serviço do pedagógico e ambos têm de estar integrados, de forma que as informações circulem facilmente – com as restrições de acesso necessárias –, para visualizar qualquer informação que precisarmos checar ou para fazer previsões necessárias.

Nos últimos anos tem aumentado muito a quantidade e tem havido também grandes avanços na qualidade das informações disponíveis on-line para a comunidade escolar e para o público em geral. Os grandes colégios estão se transformando em verdadeiros portais de informação, com áreas dedicadas aos professores, outras aos alunos, aos pais e ao público em geral

Para Benevides apud Veiga (1998, p.54) aponta que essa relação: [...] se explicita no fato de que ambas são processos. Os cidadãos, numa democracia, não são apenas titulares de direitos estabelecidos, existindo, em aberto, a possibilidade de expansão, de criação de novos direitos, de novos espaços, de novos mecanismos. O processo não se dá num vazio; a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de luta e na definição de instituições permanentes para a expressão política.

Segundo Saviani (1999, p.54) a relação entre educação e democracia se caracteriza pela dependência e influência recíprocas. A democracia depende da educação para seu fortalecimento e consolidação e a educação depende da democracia para seu pleno desenvolvimento, pois a educação não é outra coisa senão uma relação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana.

O artigo 15 da LDB (1996) declara que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos grau de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira observadas as normas de direito financeiro público. O artigo 15 vem garantir a autonomia da escola e do gestor facilitando e desburocratizando as ações do gestor para melhoria da escola em seus diferentes aspectos. Passo grande em favor da democracia e da participação dos segmentos escolares e da comunidade dentro da escola.

2.2.1. A gestão democrática na escola no Distrito Federal

A participação da comunidade e dos segmentos escolares dentro da escola se dar por meio dos órgãos colegiados e segundo capítulo IV da gestão democrática da lei nº 4.751/2012 na seção I.

O Poder Executivo regulamenta a participação na Gestão Democrática com a efetivação dos seguintes mecanismos: Fórum Distrital de Educação; Conselho de Educação do Distrito Federal; Assembléia Geral Escolar; Conselho Escolar; Conselho de Classe; Grêmio estudantil.

O artigo 24 da mesma lei diz que em cada instituição pública de ensino do Distrito Federal, funcionará um Conselho Escolar, com a função regular, consultar, fiscalizar, mobilizar, deliberar representar a comunidade escolar, estas ações serão regulamentadas pela SEDF.

A composição do conselho será no máximo o e no mínimo cinco conselheiros no mínimo, cinco e, no máximo, vinte e um conselheiros, conforme a quantidade de estudantes da c, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, à qualidade dos serviços prestados e aos resultados obtidos;

Na lei nº 4.751/2012 artigo 24 define as atribuições do Conselho escolar:

- V – atuar como instância recursal das decisões do Conselho de Classe, nos recursos interpostos por estudantes, pais ou representantes legalmente constituídos e por profissionais da educação;
- VI – estabelecer normas de funcionamento da Assembleia Geral e convocá-la nos termos desta Lei;
- VII – estruturar o calendário escolar, no que competir à unidade escolar, observada a legislação vigente;
- VIII – fiscalizar a gestão da unidade escolar;
- IX – promover, anualmente, a avaliação da unidade escolar nos aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos;
- X – analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar;
- XI – intermediar conflitos de natureza administrativa ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;
- XII – propor mecanismos para a efetiva inclusão, no ensino regular, de alunos com deficiência;
- XIII – debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos.

No artigo 26 vem informando que os membros do Conselho Escolar serão eleitos por todos os membros da comunidade escolar habilitados conforme o art. 3º, em voto direto, secreto e facultativo.

Segundo a lei de gestão democrática, o Conselho de Classe será composto por:

I – todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;

II – representante dos especialistas em educação;

III – representante da carreira Assistência à Educação;

V – representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhida por seus pares, garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas;

VI – representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

No parágrafo 3º cada unidade escolar elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF.

O artigo 36 define que as instituições educacionais devem estimular e favorecer a implementação e o fortalecimento de grêmios estudantis, como forma de desenvolvimento da cidadania e da autonomia dos estudantes e como espaço de participação estudantil na gestão escolar.

No artigo 26 vem informando que os membros do Conselho Escolar serão eleitos por todos os membros da comunidade escolar habilitados conforme o artigo 3º, em voto direto, secreto e facultativo.

Segundo a lei de gestão democrática, o Conselho de Classe será composto por:

I – todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;

II – representante dos especialistas em educação;

III – representante da carreira Assistência à Educação;

V – representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhida por seus pares, garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas;

VI – representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

No parágrafo 3º cada unidade escolar elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF.

O artigo 36 define que as instituições educacionais devem estimular e favorecer a implementação e o fortalecimento de grêmios estudantis, como forma de desenvolvimento da cidadania e da autonomia dos estudantes e como espaço de participação estudantil na gestão escolar.

Todos os órgãos colegiados fazem parte da gestão democrática e contribuem de maneira diretamente na formação do aluno e no processo da cidadania e autonomia dos grupos de forma a trazer a participação de todos na construção de uma escola mais participativa e despertando interesses comuns a todos e para o bem de todos.

Apesar da participação nos colegiados apresentar-se como uma nova forma de gestão o diretor continua tendo o seu papel e sua responsabilidade não perdendo sua autoridade e conduzindo as ações da escola. Os gestores por meio dos colegiados, poderão contar com o apoio das pessoas envolvidas no processo educacional para conseguir implementar os projetos de melhoria na escola e no ensino. Dessa maneira o gestor além de administrar uma instituição pública, uma escola, ele deve estar preocupado em formar cidadãos conscientes e participativos.

O projeto Político-Pedagógico, para que se possa falar em escola cidadã, autônoma e participativa, este deve ser construído coletivamente. Neste caso, a gestão democrática é responsável pela administração, elaboração e acompanhamento do projeto de educação, o qual, por sua vez, deve ser fundamentado em um paradigma de homem e de sociedade. A gestão é entendida como um “fazer coletivo que leva em consideração a sociedade em que vivemos e suas constantes mudanças, às quais irão influenciar a qualidade e a finalidade da educação” GALINA, (2008, p 6).

Acrescentam-se, ainda, como valores e princípios da gestão democrática: o aluno como sujeito do processo, o Conselho escolar como eixo do poder, a coerência entre o discurso e a prática e o compromisso com a defesa dos direitos humanos. O referido Projeto Político – Pedagógico elenca alguns elementos essenciais à prática da gestão democrática: Autonomia – luta para resgatar o papel

e o lugar da escola como eixo do processo educativo autônomo, não sendo a escola uma mera reprodutora de ordens e decisões elaboradas fora de seu contexto.

A participação é condição para a gestão democrática, uma não existe sem a outra. Participar significa todos contribuírem, com igualdade de oportunidades, para algo que pertence a todos: a escola pública. A participação não diz respeito apenas à comunidade interna, mas também à comunidade externa à qual a escola serve. A autonomia se baseia na capacidade de autossuficiência, de tomada de decisões, a liberdade de gerir, de fazer escolha.

Para Hollanda (1983, p. 136) a faculdade de se governar por si mesmo; direito ou faculdade de um país se reger por leis próprias; emancipação; independência; sistema ético segundo o qual as normas de conduta provêm da própria organização humana.

A autonomia da unidade escolar, vem garantir a gestão democrática implica na luta pela garantia da participação efetiva nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e, ainda, financiamento pelo poder público, entre outros.

A palavra autonomia traz a ideia de independência, de liberdade e nos possibilita fazermos aquilo que percebemos ser o melhor para nós, num determinado momento.

A participação de todos os segmentos da escola, a construção do Projeto Político Pedagógico, definição de tarefas e eventos são direções que se programam e vivenciam graus progressivos de autonomia da escola.

Segundo MORAN, *ibid* VIEIRA(2003, p. 151-164):

As condições de gerenciamento de muitas das escolas públicas são precárias. Infra-estrutura deficiente, professores mal preparados, classes barulhentas. É difícil falar em gestão inovadora nessas condições. Mesmo reconhecendo essa dificuldade organizacional estrutural, a competência de um diretor de escola pode suprir boa parte das deficiências.

2.2.2. O Gestor escolar

Conforme Santos (2002, p. 63), foi o Decreto Federal n.º 1.331–A, de 17 de janeiro de 1854, que criou nas escolas primárias particulares de São Paulo o cargo de diretor escolar: “[...] As primeiras indicações do cargo no ensino público estadual ocorreram nas escolas de aplicação (escolas-modelo que funcionavam como

laboratório para as Escolas Normais), por força do Decreto Estadual n.º 27, de 12 de março de 1890". Desde então, a função do diretor de escola foi preenchida das formas mais variadas. E, ainda, acrescentou Santos (2002, p. 75): A Lei Federal n.º 5540, de 28/11/1968, trouxe a exigência de formação do administrador escolar para todos os níveis em cursos superiores e foi regulamentada pelo Conselho Federal de Educação (Resolução n.º 02/69).

Segundo Santos (2002, p.75) O primeiro concurso de títulos e provas exigindo formação no curso de Pedagogia e habilitação em Administração Escolar ocorreu apenas em 1978. A LDB n.º 9.394/96 traz em seu texto as características e os requisitos para atuar diretor escolar, segundo o art. 64, A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação a base comum nacional. Lei da Gestão Compartilhada do Distrito Federal (Lei n.º 4.036/2007) que, em seu artigo 6º, III, exige licenciatura (em qualquer área do conhecimento) para concorrer ao cargo de diretor. Assim poderão inscrever-se no processo seletivo para os cargos de diretor e de vice-diretor servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I - pertencer ao Quadro de Pessoal do Distrito Federal, integrante da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, com lotação na Secretaria de Estado de Educação, ou integrar o Quadro de Pessoal Inativo da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, exceto se aposentado compulsoriamente ou por invalidez permanente;
- II - ter, no mínimo, 3 (três) anos, em períodos contínuos ou alternados, computados em regência de classe, coordenação pedagógica, cargo de diretor, de vice-diretor ou de assistente, atividade de orientação educacional em instituição educacional da rede pública do Distrito Federal;
- III - ser licenciado em qualquer área de conhecimento, preferencialmente com especialização ou aperfeiçoamento em Gestão da Escola Pública;
- IV - não ter sido apenado em processo administrativo disciplinar nos 3 (três) anos anteriores à data da indicação para o cargo.

Quanto ao papel central do diretor de escolas, já sabemos que se destina, especificamente, a conduzir a escola e seu coletivo sob ideais democráticos que garantam uma formação cidadã. E não se contesta esta ideia. Agora, o desafio para

realizar tamanha tarefa pode estar na concepção que ele tem sobre a avaliação em seus três níveis e na maneira pela qual as conduz.

A avaliação que acontece ou aconteceu na sala de aula não foi realizada só nela, foi urdida em espaços cujo olhar desse novo diretor precisa alcançar. Para isso, ele deve envolver-se diretamente com questões da coordenação pedagógica, do conselho de classe e, sobretudo, precisa ser e estar atento sensivelmente ao que produz e reproduz o poder informal da avaliação dentro da organização escolar (FREITAS *et al.*, 2009).

A avaliação institucional precisa abrir os braços e, em cada “mão”, conduzir sob reflexões críticas as leituras sobre os dados advindos dos exames externos para que, em composição com as informações da avaliação da aprendizagem, possa promover uma identificação ou ressignificação dos mesmos, sem promover competições e exclusões.

Além de diversos fatores que envolvem a formação e as características do gestor, destaca-se de grande importância a formação e o domínio do gestor e de sua equipe gestora a conceitos e práticas relacionadas a tecnologia fazendo também necessário que o professor também seja capacitado ao uso das tecnologias fazendo uma transposição para o trabalho pedagógico no dia a dia com os educando-os como aspectos necessários para utilização da tecnologia no ambiente escolar.

A equipe gestora deve estar ciente de que a tecnologia é aliada da coordenação e da direção, criando e melhorando conhecimentos sobre os diferentes processos que envolve um bom da rotina da escola. A equipe gestora, professores e os segmentos que compõem o trabalho na escola devem estar em constante formação continuada em relação as diferentes tecnologias que se apresentam e também de enfrentar os desafios que a mesma provoca.

Vieira (2004, p.60) cita que a criação de ambientes informatizados na organização para apoio a gestão do conhecimento deverá considerar os processos pelos quais são feitas as trocas de informação a cultura de colaboração existentes.

E importante entender que neste processo os gestores devem conhecer os desafios e possibilidades na gestão escolar, pontos fortes e fracos que estão presentes no ambiente escolar ,buscando uma forma participativa de se administrar as novas tecnologias de maneira a favorecer os processos pedagógicos de

aprendizagem propiciando a incorporação das tecnologias no dia a dia da escola partindo das lideranças da escola, ou seja, da equipe gestora.

A formação das TIC é essencial na formação do gestor e estende-se também na formação do professor, pois cada vez mais existe esta demanda dentro e fora da escola sendo ela, indispensável na construção da aprendizagem.

Segundo Lindsey (1988, p.47), a participação (...) é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa. “Ninguém nasce sabendo participar, mas como se trata de uma necessidade natural, a habilidade de participar cresce rapidamente, quando existe a oportunidade de praticá-la”.

Assim, conforme a afirmação acima, o papel do gestor nas escolas tem papel administrativo, alcança todo o processo educativo, interagindo os diferentes segmentos da escola e envolvendo os aspectos pedagógicos e outros diversos dentro do dia a dia promovendo melhorias nos processo de ensino- aprendizagem.

2.3. Projeto Político Pedagógico - PPP

O projeto político pedagógico – PPP é um documento democrático que contribui na formação crítica e cidadã, pois é criado por todos os segmentos da escola (equipe gestora, professores, pais, alunos, auxiliares da educação, alunos). Ele avalia, identifica, cria, propõe e mobiliza ações e estratégias que irão direcionar o desenvolvimento das atividades escolares durante o ano letivo. Organiza também as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. Junta as dimensões dando força, transparência no processo de ensino aprendizagem.

O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazos, diz Paulo Roberto Padilha.

A LDB (Lei 9394/96) dispõe também como incumbência períodos dedicados ao planejamento, além da participação na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino a qual ele pertença.

Na atual organização escolar o planejamento não estará preso à sala de aula e ao professor, ele se amplia quando mesmo antes do professor está com sua turma, se elabora o Projeto Político Pedagógico – PPP em reunião com todos os segmentos da escola. O PPP é um planejamento previsto legalmente e que amplia

para além dos conteúdos em sala de aula e da relação professor/ aluno, ele busca a participação de todos envolvidos no processo escolar.

Conforme Ferreira, (2008 p. 12)

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública”.

No processo de planejamento e da construção do PPP são considerados aspectos que irão influenciar diretamente a comunidade escolar, observando principalmente as demandas apresentadas por elas e as possibilidades de promover um ambiente escolar de qualidade.

Segundo AZEVEDO, (2000, p 13)

[...] o processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola, à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos.

Na construção do PPP como dito por Azevedo é a participação de todos que faz deste processo um momento importante na gestão democrática, onde busca-se observar todas as características da escola. Atentando para este objetivo a escola está caminhando para um processo democrático de construção do PPP, ainda existe muito a desenvolver, pois, a comunidade ainda tem participação tímida. Nas escolas deve acontecer a participação efetiva em todos os momentos propostos pela escola. Na construção do PPP se discute possibilidades para que sejam fortalecidos os laços entre família, escola e comunidade.

Em toda forma de planejamento dentro da escola é importante se conhecer a dinâmica da escola, definir objetivos, traçar metas, buscar a participação de todos tendo como objetivo a qualidade do ensino aprendizagem. O gestor apresenta-se como mediador e facilitador das ações administrando todos os recursos que a escola recebe e possui.

No PPP e no Planejamento existe uma preocupação em atender as demandas apresentadas pela família, pela comunidade e pelo aluno. Existe uma

avaliação inicial onde o gestor observa as demandas relacionadas a escola e o professor as que são relacionadas a sua turma. Todo o Planejamento é realizado observando as adaptações curriculares necessárias e foco do trabalho é a de possibilitar a inclusão e desenvolver as potencialidades do educando. Existe também documentação específica de acompanhamento do educando.

Define Vasconcellos (2000, p. 79):

O planejamento enquanto construção- transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo.

A escola neste contexto se apresenta como espaço transformador onde a economia, a política e os aspectos sociais e culturais estão em constante evidencia e são utilizados como instrumentos para reflexão e modificações tanto no ambiente escolar como social .

Veiga (1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

Para Veiga (1998), existem vários caminhos para construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Todavia, é possível apontar três movimentos básicos desse processo de construção do PPP denominados pela autora de: Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional.

Segundo PPP (SEEDF, 2012),o PPP é uma ferramenta de planejamento, orientação e construção de diretrizes para a rede pública de ensino do Distrito Federal e, como tal, requer que as políticas e ações propostas sejam referência para o trabalho desenvolvido para todas as instâncias.

Devido a sua dinamicidade o PPP requer uma avaliação/reestruturação a partir de novas ações que devem ser implantadas. Cabe-nos esclarecer que optamos pelo termo PPP por acreditar que neste documento estão expostas, para além de diretrizes pedagógicas ou operacionais, a nossa concepção de educação

compromissada com a formação integral do educando, a sustentabilidade humana como princípio das políticas públicas que se propõe efetivar, enfim, nossas opções de ação pedagógica e política frente aos desafios que devem ser transpostos na busca de uma educação com qualidade social para a população do Distrito Federal.

Primeiramente, destacamos que a elaboração do PPP demanda a inflexão sobre a realidade escolar, peculiar a cada instituição. Esta inflexão significa conhecer seus problemas debruçar-se sobre eles, buscando encontrar meios coletivos para solucioná-los.

É necessário conhecer e apreender a realidade de cada instituição escolar que comporta demandas específicas, dinâmica organizacional própria, e também, considerar as comunidades, escolar e extra-escolar, com suas expectativas e necessidades, pois a elaboração de um projeto político-pedagógico, na perspectiva de gestão democrática colegiada, visa o alcance das metas e objetivos propostos pelo seu coletivo. É por essa perspectiva, que o desenvolvimento do PPP.

O projeto político-pedagógico, concebido na perspectiva dialógica e democrática caracteriza-se, assim, como voz plural dos diferentes protagonistas que interagem na dinâmica pedagógica e organizacional da escola. Isto porque ele adquire legitimidade à medida que expressa concepções e proposições da comunidade escolar. Portanto, o PPP não pode ser resultado somente das reflexões do diretor e da equipe de gestão, mas sim do amplo debate junto aos diferentes.

Constitui-se em um documento produzido como resultado do diálogo entre os diversos segmentos da comunidade escolar a fim de organizar e planejar o trabalho administrativo-pedagógico, buscando soluções para os problemas diagnosticados.

O PPP, além de ser uma obrigação legal, deve traduzir a visão, a missão, os objetivos, as metas e as ações que determinam o caminho do sucesso e da autonomia a ser trilhado pela instituição escolar.

Percebe-se, por meio do estudo dos documentos emanados do estado, que as instituições educativas, ao desenvolverem seus PPP, tendem a garantir a coesão entre o PPP como documento norteador da escola, a legislação emanada do estado e a proposta educativa do estado.

Conforme, Parecer do conselho de Educação Estadual 405/2004, a escola, representada pelos diferentes segmentos que constituem sua comunidade, diagnostica a realidade administrativo-pedagógica, social, estrutural e educacional e,

a partir dos dados resultantes do diagnóstico, traça objetivos, propõe metas, planeja ações para que, ao longo de um período letivo, alcance sucesso na aprendizagem do aluno.

O PPP é considerado processo fundamental para o êxito da escola: a participação efetiva dos segmentos da escola, a avaliação e o planejamento e sugestões das atividades a serem implementadas faz dele um instrumento valioso de democracia e de participação da comunidade na escola.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa. Segundo LUDKE et al (1986) a pesquisa de campo apresenta características básicas. São cinco as características básicas da pesquisa qualitativa, chamada, às vezes, também de naturalística:

- a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- b) os dados coletados são predominantemente descritivos;
- c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e
- e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Estas são características gerais.

Assim, a pesquisa qualitativa pode assumir diversas formas, dentre as quais, a do tipo etnográfico e o estudo de caso.

Para Ludke et al (1986), neste tipo de pesquisa o estudo de um fenômeno educacional se defronta com inúmeros desafios. Levando a pesquisa de campo a revisão ou à retomada do problema inicial sobre nova ótica.

Em trabalhos acadêmicos também é necessário estudos bibliográficos para embasar a pesquisa e direcioná-la.

Segundo (Ludke et al, 1986), a pesquisa bibliográfica serve para aprofundar conhecimentos, embasar afirmações e deduções. Ela tem como principal fonte de informação que os livros, artigos, periódicos etc. A pesquisa bibliográfica está presente em todos os trabalhos acadêmicos, uma vez que é nesta etapa do trabalho em que se fundamenta teoricamente o tema ou fenômeno em discussão.

O universo desta pesquisa é o Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia (CEE02). O CEE02 de Ceilândia está localizado na região norte de Ceilândia e atende alunos da QNQ, Expansão do Setor O, Setor Sol Nascente e Águas Lindas de Goiás e de outras regiões administrativas quando as mesmas não garantem a vaga para o aluno. Na Educação Especial, além do atendimento pedagógico oferecido em classes comuns esses, poderão receber serviços de apoio pedagógico especializado em espaços escolares diferenciados e envolvendo professores especializados para cada tipo de atendimento.

A coleta de dados da pesquisa deu-se no Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia DF por meio da aplicação de questionário para os segmentos de professores, pais/responsáveis.

Participaram como voluntários da pesquisa, respondendo ao questionário na íntegra o quantitativo de 17 professores e 15 pais/responsáveis.

Para a instrumentalização da pesquisa foi aplicado um questionário fechado com informações sobre o tema em questão, em virtude de ser possível conseguir os dados com rapidez e facilidade das respostas por parte dos participantes envolvidos, com uma maior igualdade e simplificação na análise das respostas.

O questionário é uma técnica quantitativa de pesquisa, pois possibilita a organização dos resultados por categoria e também os resultados em percentagens (AMARO, 2004). Sendo assim, um procedimento de investigação composto por diversas questões expostas por escrito aos pesquisados, com finalidade de propiciar uma bagagem de conhecimento ao pesquisador. Um questionário é extremamente útil quando um investigador pretende colher informações sobre um determinado tema. Deste modo, através da aplicação de um questionário a um público-alvo constituído.

Para construção do questionário, primeiro foi realizada uma reunião com a equipe gestora, demonstrando a importância do trabalho e pedindo a autorização para que ele fosse aplicado. Este questionário teve a finalidade de investigar a participação de pais /responsáveis e professores na elaboração e implantação do PPP. O questionário foi composto de 5 questões fechadas relacionadas ao objeto de estudo: participação dos segmentos escolares na construção do PPP e o papel do gestor e as implicações do projeto político pedagógico da escola.

Os dados foram analisados através de estatística descritiva. Os foram tabulados utilizando o programa Excel onde os resultados obtidos são demonstrados graficamente com seus respectivos percentuais.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir será apresentada a tabulação dos dados obtidos na coleta realizada no dia 21/02/2104 no CEE02 de Ceilândia, durante a assembléia de construção do PPP/2014. Cada gráfico relaciona-se a questões do questionário aplicado aos diferentes segmentos que compõem a escola.

Nos gráficos 1 e 2, pode-se verificar as respostas do 17 professores e 15 pais/responsáveis a pergunta de numero 1:

Você conhece o Projeto Político Pedagógico -PPP?

Cada segmento respondeu separadamente o questionário.



Gráfico 1. Professores que conhecem/Desconhecem o PPP.

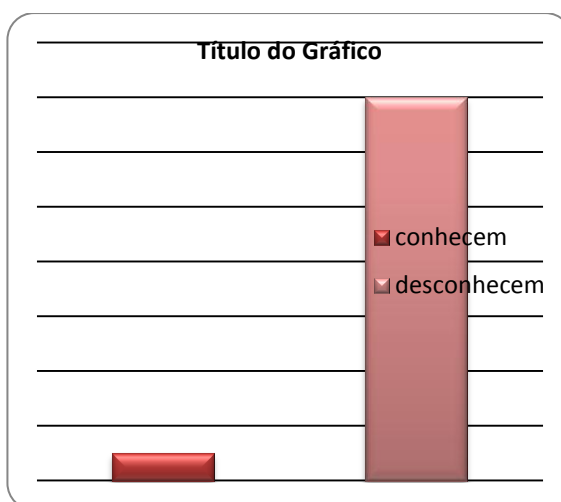


Gráfico 2. Pais e responsáveis que conhecem/Desconhecem o PPP.

Percebe-se que com relação aos professores que responderam a pesquisa, 94% (16 dezesseis), dos participantes conhecem PPP da escola e apenas 6% (1 um), não o conhece, justificando ter acabado de chegar a escola. Já com relação ao segmento pais/responsáveis 93% (14 catorze) informaram desconhecer o PPP e apenas 6 % (1um) dos participantes conhece o PPP do CEE 02 de Ceilandia – DF.

Nos gráficos 3 e 4, observa-se as resposta dadas pelos segmentos relativas a

2ª questão:

Você foi convidado a participar da elaboração do PPP?

Cada segmento respondeu separadamente o questionário.

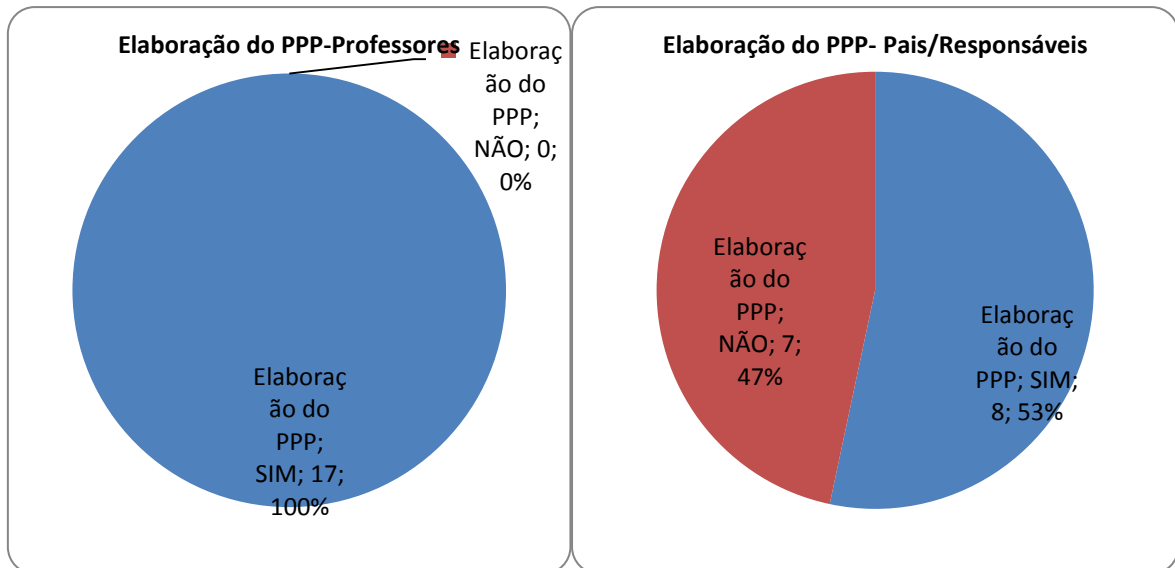


Gráfico 3-professores convidado à elaboração do PPP.17 professores

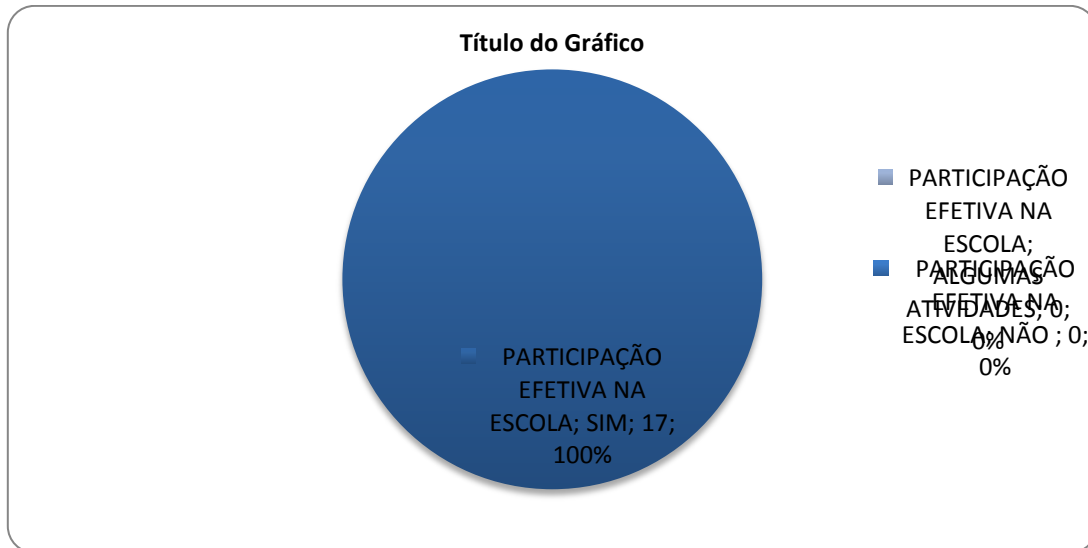
Gráfico4- pais e responsáveis convidados à elaboração do PPP.15 pais/responsáveis

Com relação às respostas dadas pelos professores, percebe-se que 100% (17 dezesete) dos participantes informam que foram convidados a participar da elaboração do PPP e com relação ao pais/responsáveis 53% (8 oito)dos participantes confirmam terem sidos convidados a participar da elaboração do PPP e(7sete) 47% informam que não foram convidados a participar da elaboração do PPP da escola do seu filho.

As respostas desta questão pelos professores vem ratificar uma de suas atribuições como docente segundo A LDB (Lei 9394/96) que dispõe como incumbência do professor ; períodos dedicados ao planejamento, além da participação na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino a qual ele pertença

No gráfico 5 observa-se os dados com relação as respostas dadas pelos professores ao questionamento de numero 3:

Você participa efetivamente das atividades da escola?

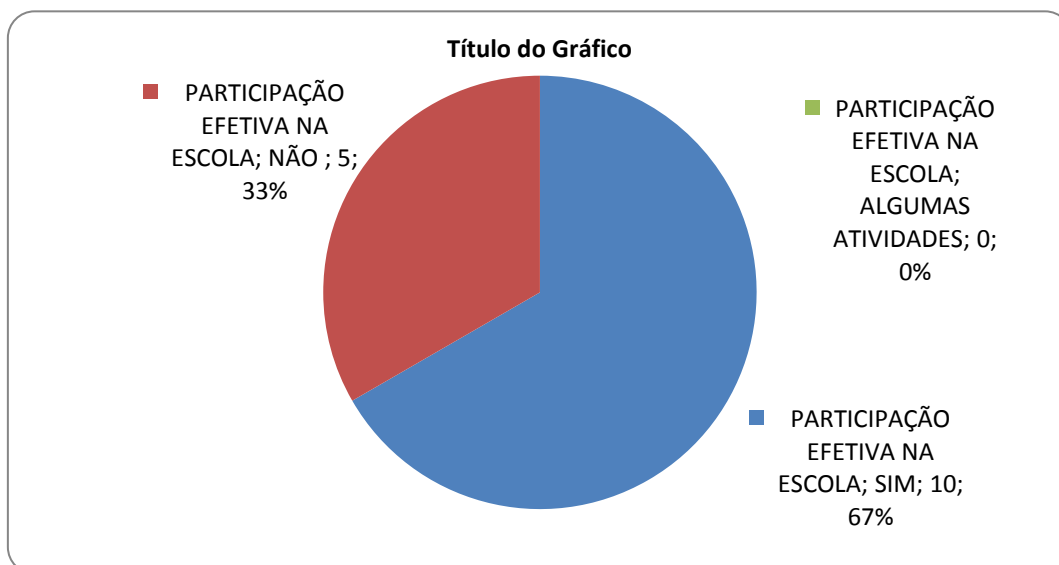


17 professores

Gráfico 5-participação efetiva na escola por parte dos professores. Brasília-2014.

Observa-se que 100%(17 dezessete) dos professores afirmam que participam efetivamente das atividades propostas pela escola.

A participação das atividades propostas pelo PPP que são as atividades que a escola desenvolverá durante o ano é algo que os profissionais não se recusam em fazer, pois, como já dito, é uma obrigação do professor e as discussões prévias e democráticas já ocorreram, ou seja, foram votadas antes de que fossem implementadas no PPP.



15 pais/responsáveis.

Gráfico 6- participação efetiva na escola por parte dos pais/responsáveis. Brasília-2104.

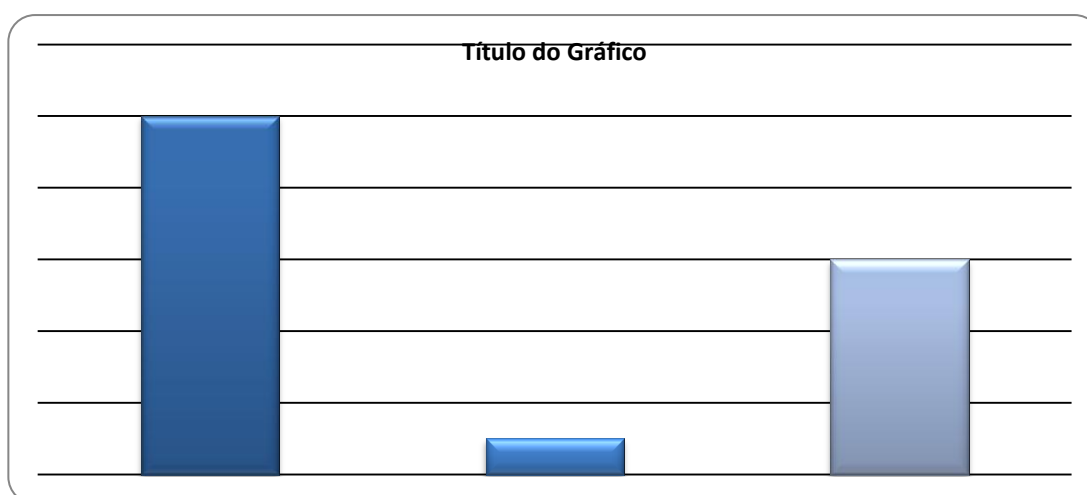
O gráfico 6 traz os dados sobre as respostas marcadas pelo segmento pais/responsáveis a pergunta de numero 3:

Você participa efetivamente das atividades da escola?

O segmento pais/responsáveis 67% (10 dez) responderam que participam e 33% (5 cinco) não participam efetivamente.

Supõe-se que a falta de participação de muitos pais pode estar relacionada a diversos fatores; a falta de estímulos, falta de interesse de alguns pais, problemas de saúde e outros. A clientela de pais e alunos possui um histórico social que acarretam diversos comportamentos que influenciam diretamente na participação.

No gráfico 7 são apresentados dos resultados das respostas dadas pelos professores do CEE02 a pergunta de numero 4: Avaliando as atividades realizadas na escola e apontando os pontos positivos e negativos você observa que a equipe gestora leva em conta as ponderações e sugestões apresentadas pelos grupos?



2014- 17 professores

Gráfico 7- atuação de equipe gestora nas atividades da escola, na visão dos professores.

Verifica-se que 64% (11 dez) professores responderam que sim 35% (6 seis) professores responderam em parte, e 1% (1um) professor respondeu que a equipe gestora não leva em conta as ponderações de sugestões apresentadas pelo seu segmento nas atividades da escola.

Essas respostas podem estar relacionadas às disputas normais e internas presentes em cada escola e as observações mais apuradas de alguns fatores a todos os eventos ocorridos na escola. Serve de alerta aos gestores para atentar-se mais as observações, sugestões e ponderações de todos.

No gráfico 8 observa-se as resposta do segmento pai/responsáveis com relação a pergunta de numero 4: Avaliando as atividades realizadas na escola e apontando os pontos positivos e negativos você observa que a equipe gestora leva em conta as ponderações e sugestões apresentadas pelos grupos?



15 pais/responsáveis.

Gráfico 8- atuação de equipe gestora nas atividades da escola, na visão dos pais/responsáveis.

Percebe-se que no segmento pais/responsáveis, 20%(3 três) responderam que a equipe gestora leva em conta suas sugestões , outros, 53% (8 oito) pais responderam que em parte e 20% (3 três) pais/responsáveis responderam que a equipe gestora não leva em conta suas sugestões para atividades da escola de seu filho e 7% 1 (um) participante deixou a pergunta em branco..

Entende-se que a escola deve ouvir e buscar a participação intensiva do segmento de pais e responsáveis levando em conta suas ponderações e sugestões.

O gráfico 9 mostra as respostas do segmento professores em relação a pergunta de numero 5:

Como você considera a participação do seu grupo nas atividades da escola, inclusive na construção do PPP?



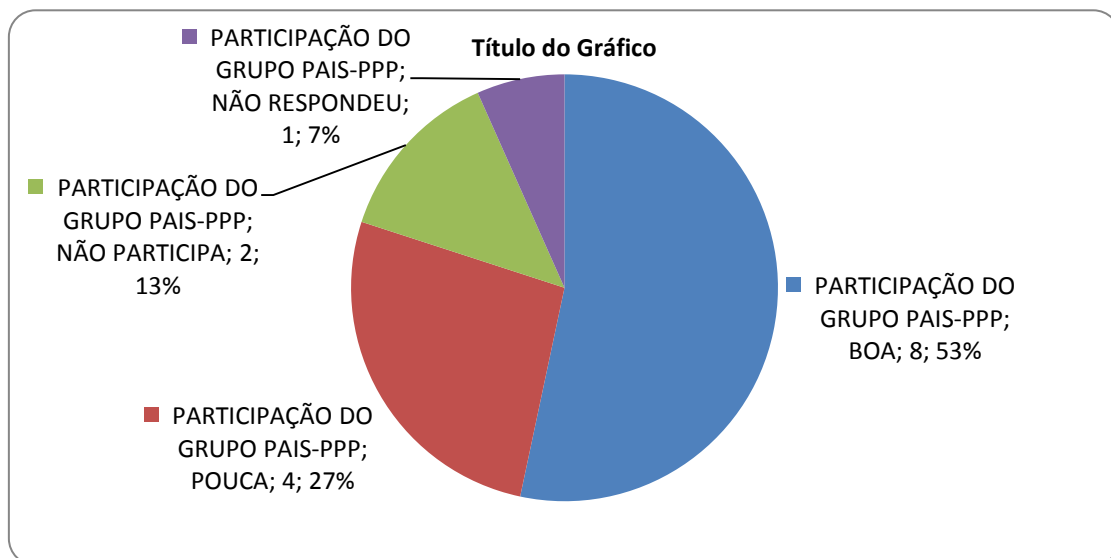
17 professores

Gráfico9-participação do segmento professores nas atividades da escola. Brasília-2014.

Percebe-se que 82% (14 catorze) dos entrevistados confirmam ter uma boa participação nas atividades da escola e principalmente, na construção do PPP. Enquanto 18% (3) informam ter pouca participação nas atividades da escola.

No gráfico 10 estão lançadas as respostas do segmento pais/responsáveis a questão de numero 5:

Como você considera a participação do seu grupo nas atividades da escola, inclusive na construção do PPP?



15 pais/ responsáveis

Gráfico10- participação do segmento pais/responsáveis nas atividades da escola. Brasília- 2014.

As respostas dadas confirmam que 53% (8 oito) dos pais tem uma boa participação nas atividades da escola do seu filho, 27% (4 quatro) informam pouca participação nas atividades da escola, 13% (2 dois) marcou que não participa das atividades e 7% (1 um) não respondeu a questão.

A maioria considera ter boa participação, entenderam-se nesta participação passeios, festas, reuniões e outras.

Percebe-se que apesar de ainda se fazer necessário um incentivo por parte dos gestores para participação do segmento de pais e responsável, este a cada dia se torna mais presente na escola.

As respostas dadas confirmam que 53% dos pais tem uma boa participação nas atividades da escola do seu filho, 27% informam pouca participação nas atividades da escola, 13% marcou que não participa das atividades e 7% não respondeu a questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca da pesquisa realizada, existe a participação efetiva dos professores na construção do PPP. A participação de pais e responsáveis é relevante, mas, ainda se faz necessário maior conscientização. As ações indicadas no PPP são implementadas e avaliadas a cada início de ano na elaboração de um novo plano.

As atividades trazidas pelo o PPP podem despertar maior interesse quando elas são discutidas e levantados pontos positivos e negativos em assembleia.

Na execução das propostas do PPP no CEE 02 de Ceilândia - DF, a maioria das atividades selecionadas e colocadas no PPP são realizadas apesar de algumas acabarem se tornando inviáveis pois, dependem de grande investimento financeiro, necessitam de maior empenho e estratégias na criação de parcerias e da solicitação dos gestores aos órgãos competentes para que elas ocorram. Elas estão relacionadas a condições financeiras e recursos materiais.

Todas as sugestões cogitadas em assembleia, mesmo sendo difícil de realizar são colocadas como metas, pois, sempre busca-se recursos que melhorem a dinâmica do trabalho, mesmo porque, na rede pública de ensino, tudo acontece com muita insistência, usa-se todos os meios de mobilizar políticos, representantes de órgãos e diferentes parceiros. A mídia é uma excelente parceira da escola, muitas vezes divulgando eventos e outros.

O Projeto Político Pedagógico - PPP é uma das atividades realizadas dentro da escola com a atuação e a discussão dentro da gestão participativa, é relevante na busca de uma escola mais democrática e que conta com a participação de diferentes segmentos na elaboração e implantação de ações a serem desenvolvidas no decorrer de cada ano letivo. Nesse contexto, o gestor tem papel fundamental e transformador, trazendo para escola momentos de análises, reflexão e construção coletiva de um trabalho de forma democrática.

Assim, com base na pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo, pôde-se observar que o PPP já é um instrumento bastante utilizado como norteador das atividades que serão desenvolvidas na escola, existindo boa participação de todos os seguimentos em sua elaboração. Foi possível identificar também que a nomenclatura do PPP é de difícil entendimento por parte dos pais e responsáveis que quando questionados sobre a existência e a sua participação no mesmo, houve necessidade de se explicar o seu significado.

Quando se fala em participação de vários segmentos em uma construção coletiva como o PPP, todos devem antes de tudo entender aquilo que se está fazendo, os pais e responsáveis participam de grande parte de todos os eventos da escola inclusive da construção do PPP e isso deve ocorrer em todas as escolas também. Então, é necessário se usar mais estas nomenclaturas para facilitar a compreensão de todos independentemente de escolarização e segmento escolar a qual faz parte. A gestão democrática aos poucos vem se ampliando e o PPP é um dos instrumentos mais acessível a todos, trazendo mudanças consideráveis dentro da escola.

Diante de posse do resultado desta pesquisa é importante se intensificar a divulgação do documento, PPP dentro da escola CEE02 de Ceilândia buscando cada vez mais a participação da comunidade escolar na sua construção e implantação tendo real conhecimento da sua existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO A. , Póvoa, A. & Macedo, L. (2004) *A arte de fazer questionários*. Mestrado em Química para o Ensino. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

AZEVEDO, J. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. *In*: Ferreira, N. S. C. e Aguiar, M. A. da S. (Orgs.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo; Cortez Editora, 2004.

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Sinopse estatística da educação básica, 2009. Disponível em:<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em:<http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=53>. Acesso em: 08 de março de 2014.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.751/2012 (Lei da Gestão Democrática do Distrito Federal)

Direitos Humanos uma abordagem conceitual. Escola de gestores da Educação Básica. Disponível em:http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/1/gestores/direito/direitoshumanosconceito_u1_pg1.htm. Acesso em: 16 de junho de 2014.

FERREIRA, João de Oliveira. A Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola. Disponível em:http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2014

FERREIRA, João de oliveira; MORAES Karine Nunes.; DOURADO, Luiz Fernandes. Autonomia decretada e autonomia constituída. Material elaborado para a Escola de Gestores do Ministério da Educação- MEC, 2008.

FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L.; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. *Avaliação Educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

GALINA, I. F.; CARBELLO, S. R. C. Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008.

HOLANDA, Aurélio Buarque de: Novo Dicionário - Ed. Nova Fronteira – 2ª Edição - pág. 203.

LINDSEY, J.C.W. Educação com participação. Trad. Sônia Miranda, Rio de Janeiro, Record, 1988.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. Democratização e mudanças práticas na gestão escolar. **Linhas críticas**, Brasília, DF, v.17, n. 32, p. 137- 150 jan./ abr. 2011.

MORAN, José Manuel. **Especialista em mudanças na educação presencial e a distância** *Texto publicado em VIEIRA, Alexandre (org.). Gestão educacional e tecnologia. São Paulo, Avercamp, 2003. Páginas 151-164.*

SANTOS, Clovis Roberto. O gestor educacional de uma escola em mudança. São Paulo: Thonsom, 2002.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico: Como Construir o Projeto Político-Pedagógico da Escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001 – (Guia da escola; v.7)

Projeto Político pedagógico - Professor Carlos Mota. Secretaria de Educação do Distrito Federal, 2012

VASCONCELLOS, Celso dos S: Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico Laderos Libertad-1. 7º Ed. São Paulo, 2000. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Brasília) MEC, Art. 12-14.

VIEIRA, Alexandre (org.). Gestão educacional e tecnologia. São Paulo, Avercamp, 2003. Páginas 151-164. Dis

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico . Campinas, SP: Papirus, 1998.

APÊNDICE

Questionário

Identificação:

Pais ou responsável

Professor(a)

Você conhece o **Plano Político Pedagógico – PPP**, qual a sua função na dinâmica escolar?

conheço

desconheço

2) Você foi convidado (a) a participar da elaboração do PPP?

sim

não

3) Você participa efetivamente das atividades da escola?

sim

não

4) Avaliando as atividades realizadas na escola e apontando os pontos positivos e negativos você observa que a equipe gestora leva em conta as ponderações e sugestões apresentadas pelos grupos?

sim

não

em parte

5) Como você considera a participação do seu grupo nas atividades da escola, inclusive na construção do PPP?

boa participação pouca participação Não participa